

51º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

Neusa de Matos diz que quando soube que estava a ser investigada foi à PGR prestar esclarecimentos e entregar documentos de venda de casa ao reu Renato Matusse

- Depois da audição de funcionários dos serviços secretos e dos Ministérios da Defesa Nacional, Finanças e das Pescas que participaram da criação e gestão da ProIndicus, EMATUM e MAM, e de antigos gestores do Banco de Moçambique envolvidos nas autorizações de financiamento externo às três empresas, o tribunal iniciou ontem a audição de declarantes que têm alguma ligação com os factos de que são acusados os réus.



Neusa de Matos

A primeira declarante foi Neusa de Matos, 51 anos, funcionária reformada da Presidência da República, onde ocupou vários cargos, com destaque para Conselheira de Assuntos Jurídicos e Constitucionais dos Presidentes Joaquim Chissano e Armando Guebuza. De 2015 a 2018, a declarante trabalhou como Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, encontrando-se actualmente reformada.

A declarante contou que na noite do dia 3 de Abril de 2017 tomou conhecimento da circulação de um documento nas redes sociais que indicava que alguns funcionários, incluindo seus colegas da Presidência da República, estavam a ser investigados por crimes relacionados com as “dívidas ocultas”.

“Um amigo mandou a mensagem no *WhatsApp* a dizer que tinha recebido um documento e não sabia se devia partilhar comigo. Eu respondi que podia. Reenviou um ficheiro em PDF e vi que era uma carta da Procuradoria-Geral da República (PGR) dirigida aos bancos comerciais solicitando o levantamento de sigilo bancário de uma lista de mais de 20 personalidades, entre as quais constava o meu nome”.

Numa primeira fase, Neusa Matos disse que não ficou preocupada com a investigação, mas passados alguns minutos releu o documento e verificou que nem todos os nomes dos colegas da Presidência da República constavam da lista. “A minha dedução de que era uma investigação generalizada caiu por terra. E foi aí que procurei encontrar o motivo que me estaria a ligar ao assunto”.

A declarante lembrou-se de ter vendido um apartamento em 2013 ao seu antigo colega da Presidência da República, Renato Matusse, cujo nome também constava da lista. “Na mesma noite fui ao escritório da minha casa e procurei os comprovativos de pagamento da casa. O primeiro comprovativo que encontrei foi um extrato da minha conta domiciliada no banco português Caixa Geral de Depósitos. Encontrei também um *bordereaux* do Millennium Bim que me foi entregue pela gestora da minha conta quando foi transferido dinheiro. Eu devia receber 150 mil dólares, mas tinham sido transferido cerca de 300 mil dólares”.

Por julgar que a venda do apartamento fosse o assunto que a ligava às investigações das “dívidas ocultas”, a declarante dirigiu-se à PGR para prestar esclarecimento e requereu que o *dossier* da venda do apartamento fosse junto ao processo.

Até 2013, era proprietária de um apartamento na Avenida Julius Nyerere e, para aproveitar a alta de preços do sector imobiliário que começou em 2010, decidiu vender o imóvel. O agente imobiliário encarregue da venda do imóvel conseguiu um comprador disposto a pagar 450 mil dólares líquidos. “Eu disse que aceitava a proposta e só mais tarde o intermediário disse-me que o interessado era Renato Matusse, meu colega da Presidência. Por tan-



to, não fui eu quem disse ao Renato Matusse que estava a vender a casa. Ele soube através de um agente imobiliário. Nunca tratei de assuntos privados com colegas da Presidência”.

Depois de saber que seu colega era o comprador do imóvel, passou a tratar do assunto directamente com ele. Foi numa das conversas que Renato Matusse informou à declarante que tinha direitos autorais por receber da Macmillan. “Perguntou-me se tinha conta

bancária no exterior e se podia disponibilizá-la para efeitos do pagamento do valor da compra do imóvel. Eu disse que preferia receber o dinheiro em Moçambique porque queria usar o valor para a compra de uma casa. Uma vez que ele insistiu, concordamos que podia pagar 300 mil dólares em Moçambique e os remanescentes 150 mil dólares podia transferir para a minha conta na Caixa Geral de Depósitos, em Portugal”.

Entretanto, para a conta em Portugal foram transferidos valores equivalentes a 300 mil dólares, em duas tranches, a primeira em Agosto e a segunda em Setembro de 2013. Para a conta domiciliada no Millennium Bim, em Maputo, foram igualmente transferidos cerca de 300 mil dólares. A declarante disse que foi alertada pela gestora da sua conta na Caixa Geral de Depósitos que tinha sido creditado um valor equivalente a 300 mil dólares, e não 150 mil dólares como estava previsto.

Neusa de Matos contou ao tribunal que informou ao seu colega Renato Matusse que tinha sido transferido um valor a mais na sua conta em Portugal, ao que este pediu que a declarante aguardasse três dias, com a promessa de que iria informá-la sobre como devia proceder. Passado esse período, Matusse pediu à declarante que lhe passasse um cheque com o valor correspondente à diferença, isto é, 150 mil dólares.

“Eu não tinha cheques, por isso fui ao balcão para solicitar cheque avulso. Depois de explicar o que estava a acontecer, a gestora propôs que, no lugar de gastar dinheiro com cheque avulso, podia fazer uma transferência directa, uma vez que Renato Matusse tinha uma conta em dólares no mesmo banco, também gerida por ela”.

Para provar que não tinha nenhum domínio sobre os dados bancários de Renato Matusse, a declarante contou que os documentos comprovativos da transferência foram preenchidos pela gestora, supostamente porque ela é que tinha todos os dados do comprador. “Eu apenas assinei o documento de transferência e fui entregar ao Renato Matusse como prova da devolução do valor que tinha recebido a mais. Ele reagiu de forma surpresa e desagradada, questionando-me como é que eu tinha tido acesso à sua conta”.

A declarante disse que sempre acreditou que as transferências de valores para as suas

contas em Moçambique e em Portugal tinham sido feitas pela editora Macmillan, mas depois de tomar conhecimento da investigação na PGR é que se apercebeu de que o dinheiro vinha do grupo Privinvest e os pagamentos tinham sido ordenados por um banco norte-americano.

No acto de venda do apartamento, a declarante passou uma procuração irrevogável conferindo plenos poderes a favor de Renato Matusse. “Ele disse que não tinha tempo para burocracias, além de que estava a comprar a casa para o seu filho que ia se casar e, oportunamente, seria ele a tratar do processo de transferência de propriedade”. Entretanto, no dia em que a declarante foi fazer a entrega das chaves, o comprador ter-lhe-ia apresentado um senhor de nome Fanuel como novo proprietário do imóvel. “Não percebi nada, porque a informação que tinha era de que estava a comprar a casa para o filho”.

No segundo mandato de Guebuza havia um grupo restrito de funcionários que tinha acesso a informação e viajava com o Chefe de Estado

Neusa de Matos disse que só ouviu falar das “dívidas ocultas” quando já estava a trabalhar como Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro. Perguntada se depois de tomar conhecimento de que estava a ser investigada teria contactado Renato Matusse para obter explicações, a declarante disse que no dia 5 de Abril de 2017 mandou uma mensagem ao seu antigo colega a perguntar porquê razão a tinha envolvido naquela situação. Renato Matusse reagiu com uma curta mensagem, na qual lamentava o que estava a acontecer e apelou a declarante a manter a serenidade. Depois seguiu-se outras conversas através de mensagens telefónicas.

A declarante mostrou-se muito revoltada com a atitude do seu antigo colega, a quem o acusa de ter estragado a sua carreira. “Quando este problema começou, eu pedi para deixar de trabalhar no Gabinete do Primeiro-Ministro e de seguida pedi reforma. Consegui uma proposta de emprego bem remunerado no sector privado, mas no dia que ia assinar o contrato recebi a chamada do director-geral a informar-me que eles não podiam contratar uma pessoa envolvida nas dívidas ocultas”.

Apesar de ter trabalhado como Conselheira de Assuntos Jurídicos e Constitucionais do Presidente da República, Neusa de Matos não tomou conhecimento da contratação dos projectos das três empresas, muito menos dos respectivos empréstimos no valor total de dois mil milhões de dólares. Contou que a partir do segundo mandato de Armando Guebuza, ficou determinado que a infor-



mação devia passar por um grupo restrito de funcionários, designadamente o Conselheiro para Assuntos Gerais, Carlos Pessane, o Conselheiro para Assuntos Políticos, Renato Matusse, e a Secretária Particular do Presidente da República, Maria Inês Moiane.

Só em caso de necessidade de participação de outros conselheiros é que eram informados. “Foi essa a percepção que tive e é isso que acontecia na prática. Aquele grupo restrito é que participava em audiências do Chefe de Estado e em viagens internas e exter-

nas. Eu e mais outros colegas não viajavamos alegadamente porque havia necessidade de contenção de custos”.

A declarante lembrou que Renato Matusse chegou a viajar para Dubai, onde teria permanecido por duas semanas supostamente a tratar de assuntos confidenciais, o que não era prática. “Tive essa informação dos funcionários da área administrativa que tratavam das viagens. Eu não o via nas nossas reuniões semanais do conselho consultivo e quando procurei saber foi essa a resposta que tive”.

Elónio Muiane confirma que reu Elias Moiane comprou a casa a mando da sua mãe, a ré Maria Inês Moiane

Elónio Muiane, Professor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e proprietário de duas empresas, uma de consultoria em recursos hídricos e outra de construção de infra-estruturas de abastecimento de água, foi o segundo declarante a ser ouvido. Em 2016, Muiane vendeu o seu imóvel localizado na Cidade de Maputo ao reu Elias Moiane, que pagou 14 milhões de meticais em duas prestações. Confirmou ter conhecido Elias Moiane através de um agente imobiliário de nome Edmundo.

O pagamento das duas prestações foi feito através de transferências bancárias, e o declarante usou os 14 milhões de meticais para o arrendamento do imóvel onde residia e para a construção da casa onde vive actualmente, em Mulotane, distrito de Boane, província de Maputo. Disse que nunca procurou saber da origem do dinheiro, ou seja, da pessoa que efectivamente tinha feito o pagamento. “A minha suposição era de que tinha sido a mãe a pagar o imóvel, uma vez que Elias Moiane tinha dito isso”.

A uma pergunta do tribunal, o declarante respondeu que quando o reu Elias Moiane foi à sua casa com a intenção de comprar o imóvel, disse que tinha sido mandatado pela sua mãe, uma vez que ela não tinha tempo. “Fomos ao notário para formalizar o contrato de compra e venda do imóvel. Já não me lembro do nome que colocamos na procuração irrevogável. Se foi dele ou da sua mãe”.

Na procuração irrevogável junto dos autos consta o nome de Elias Moiane. “Eu dependia daquilo que o cliente queria. Uma vez que ele tinha pago o imóvel não tinha porquê questionar”.



Elónio Muiane

Depois de outorgar uma procuração irrevogável, Elónio Muiane desligou-se do assunto e não manteve contacto com Elias Moiane, até ao ano de 2018 quando foi notificado para ser ouvido na PGR. Depois da sua audição, o declarante procurou pelo reu Elias Moiane porque pretendia obter um documento para apresentar à PGR.

Perguntado pelo Ministério Público se conhecia a ré Maria Inês Dove, o declarante res-

pondeu negativamente, reiterando que a única pessoa que conheceu durante o processo de compra e venda da casa é o reu Elias Moiane. Elónio Muiane admitiu que Elias Moiane não exibiu nenhuma procuração passada pela sua mãe (Maria Inês Dove) que lhe conferisse poderes para negociar e comprar o imóvel, e ele não chegou a exigir. “As pessoas que me apresentaram o senhor Elias Moiane eram de confiança, por isso eu não duvidei de nada”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

